

ANIMAL NÃO É COISA

GABRIEL SOUZA

Médico veterinário e deputado estadual (MDB)
gabriel.souza@al.rs.gov.br



Após quase duas décadas, o Rio Grande do Sul alterou o seu Código do Meio Ambiente e, a partir de hoje, um novo texto, que moderniza a legislação relativa às questões ambientais, entra em vigor. Durante a aprovação do projeto, a Assembleia Legislativa deu, ainda, um passo importante em direção aos direitos dos animais. Pela primeira vez, um Estado brasileiro reconhece, em sua legislação, os animais como seres sencientes, ou seja, capazes de sentir emoções, ter sensações e passíveis de sofrimento.

Esse avanço foi possível a partir de uma emenda de minha autoria, que incluiu um capítulo dedicado à proteção dos animais domésticos de estimação. Além de instituir que eles são sujeitos de direitos, devendo obter tutela jurisdicional em caso de violação, o texto também estabelece uma série de sanções e punições para quem maltratar, manter em cativeiro ou abandonar esses seres.

Por isso, ao estabelecermos que animais não são coisa nem objeto – pois sentem, de forma consciente, dor, medo e felicidade –, eles passam a receber um tratamento diferenciado da lei, no que tange às suas relações com os humanos e com o ambiente.

*Pela primeira vez,
um Estado
brasileiro
reconhece,
em sua legislação,
os animais como
seres capazes de
sentir emoções*

Embora a ciência há muito tempo reconheça-os como seres sencientes, a legislação brasileira ainda os classifica como “bens”, sendo itens sujeitos à apropriação humana e que podem, portanto, ser comprados,

vendidos e mortos sem maior dificuldade. Esse tratamento mostra a fragilidade da lei protetiva dos animais no Brasil.

O Congresso debate um projeto que reconhece os animais domésticos de estimação como sujeitos de direitos, mas ainda necessita da aprovação da Câmara dos Deputados. O que garantimos, portanto, é que o Rio Grande do Sul disponha da legislação mais avançada do Brasil, comparável a países de Primeiro Mundo, como França e Portugal. Seremos, também, exemplo para outros Estados, que poderão fazer com que uma iniciativa gaúcha se transforme em um marco civilizatório.

Trilharemos um longo caminho acerca do assunto, entretanto sabemos da importância de cada passo. Esse, pioneiro no país, demonstra que estamos na direção certa, rumo à proteção e garantia aos direitos dos animais.

A NEUROCIÊNCIA E A MUDANÇA DE HÁBITO

MARIELA SILVEIRA

Médica nutróloga, terapeuta cognitiva, diretora clínica do Kurotel
enfermagem@kurotel.com.br



Estamos em um período especial. O nascimento de um ano renova as intenções de mudança. Muitas vezes, nesta fase as pessoas tornam-se mais críticas, revisando os 12 meses que se passaram, analisando o que houve de bom e o que houve de ruim. O início de um novo ciclo pode trazer esperança para se colocar uma nova maneira de viver em prática, conforme comprova a neurociência.

Do ponto de vista do cérebro, quando uma pessoa considera ter realizado algum equívoco, mas acredita que aprendeu algo com ele, a inteligência emocional pode ser desenvolvida e essa pessoa tem maior predisposição a ter mais sucesso em vivenciar e nutrir melhores hábitos do que uma pessoa que não tem essa mesma crença, como mostra uma pesquisa da Michigan State University.

Ou seja, a crença de se ter habilidade em conseguir acertar

ou corrigir o que se considera imperfeito é cientificamente comprovada como um importante dispositivo para a resiliência. Além de contribuir para a concretização de novas práticas, mais saudáveis e sustentáveis.

*Compreender o
cérebro e a
mente pode ser
um importante
aliado para a
mudança de atitude*

Outra comprovação do que ajuda na mudança do hábito é que a emoção positiva precisa vir antes do bom resultado. Muitas vezes, as pessoas dizem que querem chegar a um objetivo para, então, se sentirem felizes.

Um trabalho publicado no Journal Clinical Psychologist, da Austrália, mostrou que as pes-

soas que conseguiram emagrecer foram aquelas que tiveram mais alta pontuação de duas virtudes: esperança e gratidão.

Ter esperança não é meramente acreditar. É ter flexibilidade cognitiva. Se uma pessoa comeu uma sobremesa robusta no Réveillon, não significa que tudo vá por água abaixo. Esta virtude permite compreender que o equilíbrio é possível.

A gratidão, por sua vez, é uma emoção pela qual o cérebro reconhece que algo bom já aconteceu e favorece vias para se manter uma recompensa positiva, o que estimula a manutenção de bons hábitos.

Compreender o cérebro e a mente pode ser um importante aliado para a mudança de atitude. E um ano novo é um excelente momento para se reverem propósitos, principalmente no que tange a práticas mais harmônicas com saúde, felicidade e bem-estar.

CONTA PARA DIVIDIR

PEDRO DUTRA FONSECA

Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS
pedro.fonseca@ufrgs.br



O rápido alinhamento aos EUA no conflito com o Irã reforça a tendência de declarações intempestivas de autoridades federais pelas redes sociais. Em muitas delas, voltou-se atrás, o que é uma virtude. Mas fica o desgaste. O objetivo, diz-se, é “realimentar” sua base de apoio para mantê-la mobilizada – um subproduto da falta de cultura de reeleição. É normal todo governante buscar respaldo, mas a mobilização permanente também fomenta a rejeição e o radicalismo. Maquiavel dizia que o príncipe não podia viver só em guerra, pois a paz trazia respeito e prosperidade (a economia requer “normalidade”).

Uma característica do chamado populismo latino-americano é o governo dirigir-se diretamente a seu público. Uma diferença entre o populista e o estadista é que este consegue ir além e, em casos conflituosos, prioriza o interesse nacional. Exemplos como Perón e Hugo Chávez ilustram como se consegue prejudicar o país ao atender a demandas específicas mobilizadoras contrárias ao interesse geral. O que é “geral”? Há que se reconhecer, por exemplo, que governo de qualquer ideologia, por dever de ofício, busca melhorar o padrão de vida dos cidadãos e, para tanto, incentiva o crescimento econômico. Isso exige exportar mais, buscar alianças e boa imagem no Exterior, abrir oportunidades. Se der errado, todos perdem. Releve-se o bairrismo: dois exemplos de estadistas são gaúchos. Os trabalhadores eram base de apoio de Vargas, mas, pressionado por aumento irrealista do salário mínimo, certa vez argumentou: o governo o introduzira por justiça social, mas tratava-se do mínimo, não do médio ou do máximo. Só aumentos de produtividade no tempo assegurariam o desejado pelos sindicalistas sem comprometer o emprego. Também é claro que, na Guerra Fria, a base política de Geisel era pró-americana. Mas isso não impediu, diante do choque do petróleo, que propusesse usina nuclear com a Alemanha, aproximação com países da Opep e China, Pró-Álcool, fontes alternativas de energia e expansão da Embraer – medidas que os EUA viam com reservas.

Ambos os exemplos mostram que, para a boa governança, o Estado deve ser também mediador. E olhar para o futuro, pois medidas simpáticas a grupos específicos até trazem popularidade no curto prazo, mas não tardam a apresentar a conta. E esta será paga por todos.

Pedro Dutra Fonseca escreve às quintas-feiras, a cada 15 dias.
Amanhã Igor Oliveira, consultor empresarial.

É normal todo governante buscar respaldo, mas a mobilização permanente fomenta a rejeição e o radicalismo